

# Política

—CONSTITUINTE—

O Centrão fez valer novamente sua força e rejeitou ontem as propostas de alteração do regimento apresentadas pelas esquerdas. Assim, o regimento tem sua forma final, da forma exata como o Centrão queria.

## Enfim, sai o regimento.

Por 228 votos contra 148 e 24 abstenções o Centrão rejeitou ontem as emendas ao regimento propostas pelo PDT e PT e apoiadas pelas esquerdas da Constituinte, completando desta forma a votação, sem alterações, do novo regimento interno, que fica tal como foi aprovado em dezembro.

Os cinco destaques para a votação das emendas foram apreciados em bloco, em virtude da aprovação de requerimento neste sentido do líder do PFL, deputado José Lourenço, que contou com a aprovação de 224 constituintes. Cento e sessenta e dois votaram contrariamente e oito se abstiveram.

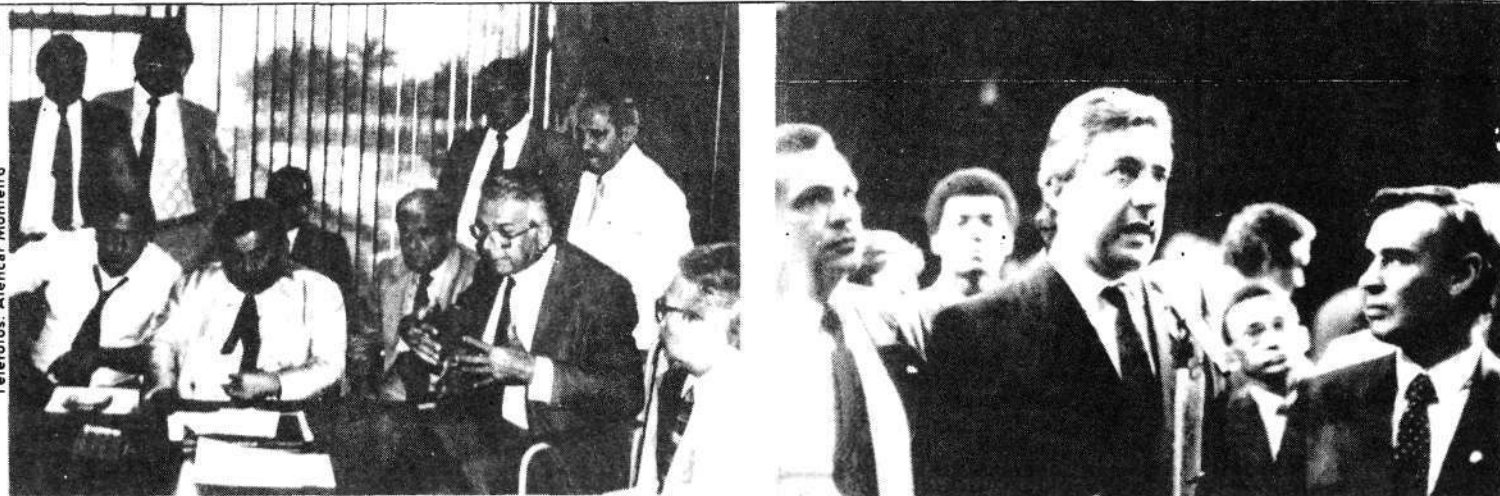
Com a aprovação do novo regimento interno e respectiva redação final — a publicação no Diário da Constituinte se dará hoje —, segue-se prazo de sete dias, ou seja, de 7 a 13 de janeiro, para a apresentação de emendas. De 14 a 21, abre-se o prazo para o relator oferecer seu parecer; o prazo para publicação correrá de 22 a 23; os destaques para a votação do 1º turno regimental terão prazo de apresentação entre os dias 24 e 26, com o projeto tendo a votação quanto ao mérito, finalmente, iniciada no próximo dia 27.

Com a decisão tomada ontem pelo plenário da Constituinte, fica consolidado o direito pretendido pelo Centrão de, mediante 280 assinaturas, prescindindo-se, portanto, do processo de votação, apresentar destaques para a votação preferencial de emendas, no primeiro e segundo turnos da votação do projeto de Constituição. Do ponto de vista operacional ganhou também o Centrão, ao ver assegurado o direito à apresentação de substitutivos a títulos e capítulos. E ainda: os substitutivos e emendas oferecidos dentro desta nova sistemática terão preferência automática, não sendo submetidos a votos, e sua aprovação não prejudicará as demais emendas, ressalvadas as de idêntico teor. Com a derrota dos destaques patrocinados pelos partidos de esquerda permanece no regimento interno o dispositivo que determina, no caso de não ser alcançado o quórum de maioria absoluta, a repetição da votação com 24 horas de intervalo, para decisão final do plenário.

Ao ser proclamado o resultado da votação, presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, anunciou o calendário da tramitação constitucional, fazendo coincidir o início da contagem do prazo de sete dias para a apresentação de emendas com a data da publicação da redação final do novo regimento, hoje. Os líderes Mário Covas, do PMDB, e Gastone Righi, do PTB, protestaram, sustentando que o início do prazo deveria ocorrer amanhã. Mário Covas explicou que não se tratava de preciosismo regimental, mas do princípio de não infringimento do regimento ainda em vigor no que diz respeito a contagem de prazos. E advertiu que "de pequenos em pequenos deslizos acabamos destruindo o regimento, seja pela votação de emendas em bloco seja pelos prazos coincidentes". O líder do PMDB lembrou, que, no caso da votação em bloco de emendas de conteúdos diversos, suprime-se a possibilidade de opção, impondo-se, por exclusão, o "sim" ou o "não", em detrimento da seriedade da apreciação da matéria; e lembrou que, para todos, mas sobretudo para as minorias, um regimento interno é fundamental, pois é a principal garantia para lhe fazer valer os direitos.

Esta não foi a única crítica dirigida ao presidente da Constituinte. Momentos antes, os líderes Brandão Monteiro, do PDT, o autor das emendas rejeitadas, e José Genoíno, representando o PT, protestaram contra a não-observância, por Ulysses, do prazo regimental de 48 horas para a aprovação da redação final. Ulysses argumentou que também a redação final estava aprovada e o regimento aludia a um prazo de até 48 horas, nada impedindo, portanto, que a aprovação se desse antes de seu decurso.

Nos dois episódios, o do calendário e o da redação final, Ulysses deixou transparecer o espírito da "Constituição já", repelindo as acusações de Brandão e Genoíno de que estaria cedendo aos interesses e conveniências do Centrão. Dirigindo-se ao plenário Ulysses sustentou que "temos que votar com urgência e sem prejuízo da qualidade desta Constituição pela qual todos anseiam neste país". Esta declaração foi feita antes



O Centrão, unido, manteve suas opiniões...

...na definição do regimento da Constituinte.

O Centrão resolveu deixar para hoje a divulgação de suas emendas substitutivas e começar a colher as necessárias 280 assinaturas, para ganhar tempo e fazer os reajustes necessários principalmente na área social e na área econômica, onde há grandes divergências dentro do grupo. Por mais que o Centrão tenha tentado cortar o poder do Estado na economia, as emendas ainda tinham uma tendência estatizante, segundo análise do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), um dos articuladores do grupo.

Alguns membros do Centrão culpam a imprensa com que tudo vem sendo feito dentro da Constituinte como um dos fatores para complicar o trabalho de elaboração das emendas substitutivas, que com o apoio da maioria absoluta terão prioridade de votação no plenário sobre as outras emendas e sobre o projeto. Outro fator de complicação é o número de sugestões, de todas as tendências, que chegam ao Centrão sempre com peso político a ser considerado.

O líder do PTB na Câmara, Gastone Righi, chamou a atenção para um exemplo que dá bem o tom da natureza do trabalho do Centrão: a bancada nordestina representada no Centrão fez exigências de "incentivos fiscais especiais e prioritários para o Nordeste, como condição para votar o resto das emendas.

Mas os nordestinos, querendo também a proteção das empresas genuinamente nacionais, exigiram que os incentivos somente fossem dados a esse tipo de empresa. A coisa passaria, para prejuízo do Nordeste, se alguém — da região Sul, por sinal — não tivesse lembrado que, aprovados esses dispositivos, todas as empresas de capital estrangeiro (majoritário ou não) sairiam do Nordeste e prefeririam se fixar no Sul, prejudicando mais ainda a região. A emenda, nessa parte, teve que ser refeita, sob constrangimento dos nordestinos.

Foram problemas dessa natureza que levaram o Centrão a adiar para hoje a divulgação das emendas, para dar tempo a uma revisão geral. Essa revisão servirá também para procurar retirar toda a xenofobia que ainda persiste em alguns pontos do projeto, na conceituação de empresa nacional, por exemplo, e abrir espaços para o capital estrangeiro "sem preconceitos", como disse Gastone Righi.

"É bom lembrar, a propósito, que a Petrobrás é a oitava irmã (referência às sete

### Centrão deixa suas emendas para hoje

irmãs que são as grandes companhias do petróleo), sem falar no trabalho da Camargo Correa no Exterior, etc."

#### Pontos polêmicos

Estão praticamente "fechadas" dentro do Centrão as nove emendas substitutivas com as quais o grupo pretende alterar substancialmente (entre 350 e 400 pontos) o projeto votado pela Sistematização. Num quadro comparativo formulado pelo deputado Ronaldo Cesar Coelho (PFL-RJ), do chamado Centrão ou grupo do entendimento, algumas propostas foram confrontadas com a posição do Centrão e do Grupo dos 32. Na maioria dos casos, porém, o Centrão coloca a questão "para apreciação imediata".

Das 23 questões levantadas, as principais são as seguintes:

**Estabilidade:** o Centrão quer o contrato de trabalho protegido com indenização compensatória, além do Fundo de Garantia, quando a dispensa for sem justa causa; o Grupo dos 32 protege o emprego contra demissão arbitrária, enquanto o Centrão deixa a questão em aberto. **Jornada de trabalho:** o Centrão quer duração de trabalho não superior a oito horas diárias e os 32 ficam com a Sistematização — duração não superior a oito horas diárias e 44 horas semanais. **Horas extras:** o Centrão quer remuneração superior à hora normal a ser fixada em lei; os 32 querem 50% e o Centrão deixa em aberto. **Licença para gestante:** os 32 mantêm o texto da Sistematização de 120 dias de licença, enquanto o Centrão prevê a licença "sem prejuízo do emprego e do salário". **Imprescritibilidade:** somente a Sistematização sugeriu, enquanto o Centrão suprime o texto e os 32 limitam em cinco anos o prazo máximo para o empregado processar e ex-empresa. **Empresa nacional:** o Centrão considera que será aquela "constituída sob as leis do Brasil e que aqui man-

tém sua sede e administração", enquanto os 32 mantêm o texto da Sistematização, que diferencia a empresa nacional e a empresa nacional de capital estrangeiro. **Distribuição de petróleo:** os dois grupos sugerem a supressão do artigo da Sistematização que nacionalizou essa distribuição "por excesso de nacionalismo". **Desapropriação:** há pequena diferença entre o texto da Sistematização e os textos dos dois grupos: a Sistematização estabelece que "a propriedade privada é protegida pelo Estado. A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização"; a emenda do Centrão acrescenta apenas "em dinheiro", enquanto o Grupo dos 32 fica com o texto original votado pela Sistematização.

#### Apelo

O presidente Sarney ficou satisfeito com a "força" demonstrada pelo Centrão em seu desempenho no plenário — e chamou as principais lideranças do grupo, à noite, para uma reunião no Alvorada. Segundo relato do deputado Cardoso Alves (PMDB-SP), Sarney pediu o mesmo empenho do Centrão para reformular o capítulo que trata da reforma tributária, mais especificamente a transferência de recursos para Estados e Municípios. Sarney disse estar convencido de que, da forma como foi aprovada na Sistematização, será decretada a falência da União.

"O apelo do presidente é fruto de preocupação que tem com os futuros governos", disse o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), que também participou da reunião com Sarney. "Seria um crime de responsabilidade se ele não externasse sua opinião sobre um assunto de tamanha gravidade", emendou Fiúza, que classifica a reforma tributária da Sistematização como "um absurdo inominável".

Da reunião ainda participaram os líderes do PFL, José Lourenço, do PTB, Gastone Righi, além dos ministros Costa Couto, do Gabinete Civil, Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, e Borges da Silveira, da Saúde. Todos eles evitaram reproduzir declarações de Sarney sobre a vitória do Centrão, mas confirmaram a satisfação do presidente. Fiúza justificou a alegria do presidente: "Ele ficou satisfeito, pois, afinal, podemos afirmar que a Constituição será democrática".

### Simon pede rapidez. Caso contrário...

Ao advertir ontem, em Porto Alegre, que "o mundo está cheio de exemplos de assembleias constituintes que se reuniram a acabaram não promulgando constituições", o governador gaúcho Pedro Simon fez uma "convocação nacional" ao PMDB para que promova um "amplo entendimento" interno, que viabilize o término, o mais rápido possível, dos trabalhos da Constituinte. "A promulgação da Constituição, mesmo que não seja a Constituição ideal, mas a Constituição menos ruim, é a prioridade máxima, mais importante que a crise econômica atual, que os problemas do governo Sarney, do PMDB ou a eleição presidencial."



Nesse contexto, Simon considerou que se a antecipação da votação da duração do mandato do presidente Sarney e do sistema de governo servir para "desanuiar" a Constituinte, a votação deve ser procedida: "Se tivermos de votar toda uma Constituição em clima tenso apenas por causa desses dois itens, então é melhor defini-los logo". Por outro lado, Pedro Simon condenou a intenção de integrantes do grupo "histórico" do PMDB de promover o lançamento imediato de um candidato à sucessão do presidente José Sarney: "Candidato só depois de promulgada a Constituição". Simon ressaltou que, se o PMDB escolher um nome, a sucessão estará deflagrada.

das votações, às 16h, uma depois do início da sessão, quando, respondendo à indagação do senador Nelson Carneiro, ele informou estarem presentes 343 constituintes, número que se ampliaria, posteriormente, até alcançar o número de 400 na segunda votação. Para que não houvesse problemas Ulysses determinou a realização de uma votação simulada, para que os constituintes menos afeitos ao equipamento eletrônico se familiarizassem com o seu funcionamento.

#### Ulysses, satisfeito

Ao deixar o plenário, Ulysses afirmou: "Estou satisfeito com o resultado dos trabalhos. Vencemos uma etapa importante e estou satisfeito pela instituição". Segundo Ulysses, o novo regimento "permite a apresentação de emendas e isso é democrático".

O presidente da Constituinte acredita que agora os trabalhos fluirão mais rapidamente: "Pensamos que ia haver mais dificuldades na votação e, felizmente, tudo correu bem", ressaltou, explicando que o prazo de dois meses para a conclusão dos trabalhos está mantido.

Mas Ulysses não crê na possibilidade de conseguir dar prioridade de votação para temas polêmicos, como mandato presidencial e sistema de governo, "porque boa parte dos parlamentares não concorda com esta tese, apesar de eu, pessoalmente, considerá-la mais interessante". Ele prevê dificuldades quase invencíveis para obter, a esta altura, uma inversão de pauta.

## PRAZOS

Dia 27, começa a votação.

Começará amanhã, após a publicação, hoje, do novo regimento interno, o prazo de sete dias para que todos os 559 constituintes possam apresentar até quatro emendas cada um. O novo regimento faculta que sejam apresentadas emendas substitutivas a partes do projeto de Constituição, desde que inscritas por, no mínimo, 280 constituintes.

Essas emendas substitutivas de maioria absoluta que deverão ser apresentadas apenas pelo Centrão — que reúne mais de 280 membros — terão preferência na hora de votação em relação ao projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização e, se aprovadas, prejudicarão, nessas partes, o projeto original.

Pelo novo calendário, anunciado pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ao final da sessão de ontem, o projeto de Constituição somente estará em plenário no dia 27 deste mês, exatos 71 dias desde a última votação procedida pela Comissão de Sistematização, 17 de novembro de 1987.

O calendário definitivo — pelo menos por enquanto — da Assembleia Nacional Constituinte, a partir de hoje, é o seguinte: hoje, publicação do novo regimento; de amanhã, dia 7, ao dia 13, prazo de sete dias para os constituintes apresentarem emendas; de 14 a 21, prazo de sete dias para que o relator Bernardo Cabral apresente parecer favorável ou contrário às emendas; dias 22 e 23, publicação do parecer do relator; do dia 24 ao dia 26, apresentação de até seis destaques de cada constituinte, publicação e ordenamento; dia 27 em diante, o projeto estará pronto para ir a plenário, onde não há prazo definido para completar a votação em primeiro turno.

Depois da votação em primeiro turno, o projeto voltará para as mãos do relator-geral, que dará redação final (nessa fase serão admitidas emendas apenas de redação ou supressivas), indo a matéria para a votação em segundo turno. Terminada essa votação, menos complicada e menos demorada, o projeto volta mais uma vez ao relator, que dará a redação como votada no plenário, indo o projeto de Constituição, finalmente, à promulgação.